

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



**Dia
Nacional
de Lutas**



As vitórias na voz das ruas

Os trabalhadores foram às ruas, engrossando o caldo das manifestações sociais que sacudiram o País nos dois últimos meses. Embalados pela unidade da CUT e demais centrais sindicais, o SINDÁGUA, FNU e todas as entidades sindicais representativas

dos trabalhadores entoaram seu grito e sua luta pelo fim do fator previdenciário, contra as PPPs como Rio Manso e estádios, além de outras urgências trabalhistas como a batalha contra o projeto de lei que escancara os processos de terceirização e necessidades essenciais do povo ainda não

atendidas, como transporte, saúde e educação de qualidade.

As manifestações do Dia Nacional de Lutas, como em Belo Horizonte, foram mais uma manifestação de responsabilidade, de consciência social e civilidade na luta por direitos básicos. **Páginas 2 a 4**

Diferenças salariais e dos benefícios vêm no pagamento no final de julho

O Acordo Coletivo de Trabalho entre os sindicatos (SINDAGUA, Saemg e Senge) e a Copasa foi assinado no último dia 10 de julho. Junto com os salários de julho já reajustados a categoria receberá as diferenças salariais e dos reajustes nos benefícios de dois meses, já que garantimos a retroatividade do Acordo Coletivo à data-base da categoria em 1º de maio. O acordo coletivo garantiu um reajuste no piso salarial na Copasa em 29% e garantimos uma evolução dos salários com ganho real, mesmo que aplicado na GDI. Apesar do resultado muito positivo, no entanto, a categoria manifestou sua contrariedade à resistência da Copasa em reparar a profunda desigualdade na hierarquia de cargos e salários dentro da empresa e principalmente em não tomar posicionamento de acabar com a definição de salários conforme a política de porte, mantendo uma postura discriminatória que prejudica os trabalhadores.



Trabalhadores nas águas minerais sem reajuste de salários há três anos

Pág 03

PCCS - Justiça do Trabalho deve proferir sentença até 11 de agosto

Pág 02

Responsabilidade e capacidade de mobilização em todo país

Pág 04



Dia Nacional de Lutas

As conquistas nascem nas lutas

Quem assistiu a cobertura do "Dia Nacional de Lutas", no último dia 11 certamente foi levado à pergunta se a cobertura das várias redes de

TV estavam falando do mesmo assunto.

Isto porque ainda mais que a "Rede Bobo", a Rede Bandeirantes, começando pelo boca pintada

Boris Casoy, tentou caracterizar a mobilização dos sindicatos como "ridícula". Editado no mesmo momento, tentou vincular a briga eleitoral com tiroteio no

Sindicato dos Rodoviários de São Paulo como um carimbo que pudesse macular a luta dos trabalhadores pelos direitos trabalhistas.



Responsabilidade e capacidade de mobilização



O que se viu no dia 11, em Belo Horizonte e em todo o País, no entanto, foi um movimento sério, organizado, impedindo qualquer atitude que não fossem os discursos pelos pontos de luta. Como exemplo disto, em Belo Horizonte, foi banido do caminhão de som, em frente à Prefeitura, um manifestante que

usou termos de baixo calão contra o prefeito, seguindo em frente com os discursos e a passeata, que percorreu a avenida Afonso Pena, Álvares Cabral, porta da Cemig, seguindo pelo viaduto Castelo Branco, avenida Pedro II e Catalão até a sede da Rede Globo. Tudo na mais perfeita ordem, com dirigentes sindicais de inúmeras categorias e

de entidades sociais apontando os graves problemas enfrentados, tendo como principais bandeiras de luta o fim do fator previdenciário, reajuste digno para os aposentados, fim do projeto de lei 4330 que amplia a terceirização, redução da jornada de trabalho, não aceitação de parcerias publico privadas como a PPP do Rio Manso e dos estádios.





A voz das ruas quer mudanças

O Brasil iniciou um grande levante para exigir a redução nos preços de passagens no transporte coletivo. E conquistou! Em inúmeras capitais! A mobilização se aprofundou, pois não bastava baixar os preços: é necessário transporte de qualidade. A mesma luta abordou outros direitos essenciais para o povo, como saúde e educação de qualidade. As grandes manifestações deixaram de ser apenas uma iniciativa estudantil e estimulou a sociedade inteira a ir para as ruas e, quem não foi, irremediavelmente declarava total apoio a esta luta de todos os brasileiros.



Julgamento no processo do PCCS



A Justiça do Trabalho deve proferir sentença sobre o processo do SINDÁGUA contra a política de porte e irregularidades no PCCS até o dia 11 de agosto.

Em audiência na 18ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte realizada na última quinta-feira, dia 11 de julho, a juíza Vanda de Fátima Quintão Jacob indagou se a Copasa tinha em seu PCCS política de promoção por antiguidade, uma das exigências importantes que caracterizam política de plano de carreira. Os

representantes da empresa tentaram caracterizar os direitos dos trabalhadores ao quinquênio e anuênio como uma forma de promoção por antiguidade, o que contestamos, pois estes benefícios não dizem respeito a promoção em carreira, sendo um direito de todos. Mostramos que a empresa efetivamente não tem política de promoção por antiguidade.

Sucateamento

Entendemos ainda que a Copasa não faz as movimentações, promoções, transferências e

substituição de aposentados, recompondo a mão-de-obra, por causa de uma política de redução da estrutura da empresa, precarizando as condições de trabalho e ainda para facilitar processos de terceirização.

Outras questões de imediato e principal interesse dos trabalhadores, como a política de porte, que discrimina trabalhadores de mesma função com salários diferenciados, não foram indagadas na audiência, mas consta extensiva de-monstração do prejuízo aos trabalhadores no processo judicial.

Negociação dobra a resistência da Copasa

A direção da empresa começou as negociações coletivas com uma iniciativa escandalosa: a terceirização chegou até na comissão patronal que discutiria o acordo. Os negociadores da Copasa passaram a ser orientados por uma consultoria externa, contratada sem licitação sob a rubrica de "notório saber", que passou a dar um ritmo lento nas negociações, contrariando até mesmo o elogio do presidente da Copasa pelo fato de os trabalhadores terem entregue uma pauta de reivindicações com dois meses de antecedência.

A partir desta "intromissão", a empresa começou a editar boletins tentando indispor os trabalhadores contra o sindicato. Mas, hoje, podemos dizer com franqueza: deram "com os burros n'água". Começaram a choramingar que previam um reajuste tarifário de 2%, mas ganharam dois grandes presentões: as tarifas da Copasa subiram 5,25% em média e sua maior despesa, as contas de energia elétrica, caíram 18%, em função de política adotada pelo Governo Federal. Diante

desto, como não atender a justa exigência dos trabalhadores de reajustar os salários pela inflação acumulada e reparar as escândalos diferenças e discriminação dentro da Copasa?

A categoria soube avançar. Aprovou o Acordo Coletivo pela esmagadora maioria das assembleias, mas pontuou questões que definitivamente não concorda e que exigem continuidade na luta para serem modificadas. Os trabalhadores demonstraram o seu elevado nível de consciência, de apoio aos sindicatos (SINDÁGUA, Saemg e Senge) e demonstração aos patrões que não arreda pé de mudar irregularidades como esta distorcida administração de

cargos, o desnível vergonhoso entre o menor e maior salário na empresa, o número escandaloso de assessores e diretores que nada têm com conhecimento e experiência profissional sobre o setor de saneamento, os erros grosseiros da criação e administração das empresas subsidiárias, a nociva e irregular contratação de prestadores de serviços em terceirização de atividades fins, o sucateamento da estrutura interna da Copasa.

São lutas intensas que ainda nos esperam, que não se encerram com a assinatura de um acordo coletivo, que exigem um sindicato forte e de luta e de uma categoria consciente e mobilizada.



Trabalhadores nas águas minerais sem reajuste de salários há três anos



Os trabalhadores nas Águas Minerais em Cambuquira e Lambari paralisaram suas atividades no último dia 11 de julho, exigindo que a Copasa retome as negociações e implemente o reajuste salarial exigido. Os salários estão sem qualquer reajuste desde 2009.

Além da posição intransigente em não reajustar os salários e manter condições muito precárias de salários, a direção da empresa tomou uma atitude inusitada para tentar coibir o movimento dos trabalhadores,

querendo aplicar a lei de greve e qualificando o serviço como "essencial".

Os trabalhadores decidiram e publicaram edital sobre o movimento nos dias 4 e 5 de julho, realizando a paralisação no dia 11, tempo de sobra para cumprir qualquer exigência legal autoritária. Uma comissão de trabalhadores que organizou o movimento realizou reuniões diariamente e o movimento, realizado dentro da empresa aconteceu de forma ordeira e pacífica.

A empresa colocou a grande

maioria dos trabalhadores em férias coletivas, que só retornarão à atividade no dia 8 de agosto. Apenas oito trabalhadores permanecem no serviço, para trabalhos de manutenção e controle de estoques.

Entre os principais pontos de luta dos companheiros das águas estão o reajuste salarial pela inflação acumulada em todo este período, revisão da tabela salarial, definição de um Plano de Cargos e Salários e reajuste do vale-alimentação, hoje de apenas R\$ 10,00 (Dez reais) cada tíquete.

